

Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.

CNPJ: 29.325.940/0001-32

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Teresina, 13 de fevereiro de 2026.

Diretoria executiva

Bruno Riga

Fabio Destefani Campos

Vago

Vago

Vago

Cargo

Diretor-Presidente

Diretor de Operação e Manutenção

Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Diretor de Compras

Diretor de Construção

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello

CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.
Teresina - PI**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as

divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-2-F-RJ



Nagib Mattar Neto

Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.840	3.253
Títulos e valores mobiliários		481	672
Contas a receber de clientes	4	5.044	4.538
Outros tributos compensáveis		354	354
Adiantamento a fornecedores	6	998	9.471
Indenização de seguros	7	20.183	8.625
Total do ativo circulante		29.900	26.913
<u>Ativo não circulante</u>			
Cauções e depósitos	5	1.336	1.647
Imobilizado	8	174.505	171.040
Intangível	9	2.569	2.650
Total do ativo não circulante		178.410	175.337
Total do ativo		208.310	202.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	10	12.618	14.847
Empréstimos e financiamentos	11	3.570	3.425
Obrigações por arrendamentos		50	68
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	4.748	51
Outras obrigações fiscais		530	256
Encargos setoriais		18	17
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	22	16.593	12.547
Ressarcimento mercado regulado	13	3.315	5.113
Obrigações com acionistas - redução de capital	22	48.000	-
Outras obrigações		1.755	3.254
Total do passivo circulante		91.197	39.578
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	11	47.865	51.353
Obrigações por arrendamentos		1.229	1.246
Outras obrigações fiscais		1.861	1.767
Provisão para desmantelamento	14	372	252
Obrigações com acionistas - redução de capital	22	-	51.000
Total do passivo não circulante		51.327	105.618
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	16	99.847	99.847
Prejuízos acumulados		(34.061)	(42.793)
Total do patrimônio líquido		65.786	57.054
Total do passivo		208.310	202.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	18	27.952	26.159
Custo	19	(20.304)	(17.371)
Lucro bruto		7.648	8.788
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	19		
Despesas gerais e administrativas		(3.638)	(1.815)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		2.656	(2.780)
Indenização de seguros		13.282	1.581
Outras receitas operacionais		456	-
Total receitas (despesas) operacionais		12.756	(3.014)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		20.404	5.774
<u>Resultado financeiro</u>	20		
Receitas financeiras		670	537
Despesas financeiras		(6.645)	(7.143)
Variações cambiais líquidas		170	(427)
Total do resultado financeiro		(5.805)	(7.033)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		14.599	(1.259)
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	21		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.867)	(1.035)
Total dos tributos sobre o lucro (prejuízo)		(5.867)	(1.035)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		8.732	(2.294)
Lucro líquido (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	17	0,0873	(0,0229)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.732	(2.294)
Total dos resultados abrangentes do exercício	8.732	(2.294)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social			Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	99.994	(2.215)	(40.499)	57.280
<u>Resultado abrangente total:</u>				
Prejuízo exercício	-	-	(2.294)	(2.294)
<u>Transações com os acionistas</u>				
Integralização de capital	-	2.068	-	2.068
Saldo em 31 de dezembro de 2024	99.994	(147)	(42.793)	57.054
<u>Resultado abrangente total:</u>				
Lucro líquido do exercício	-	-	8.732	8.732
Saldo em 31 de dezembro de 2025	99.994	(147)	(34.061)	65.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.732	(2.294)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	5.942	5.864
Variações monetárias	2.426	2.689
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(2.656)	2.780
Juros sobre obrigações de arrendamento	133	131
Juros sobre empréstimos e financiamentos	659	807
Provisão para desmantelamento	37	74
Baixa de ativo imobilizado	1.641	-
Custo de transação	44	44
Indenização de seguros	(13.282)	(1.581)
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	2.150	(244)
Adiantamento a fornecedores	8.473	(7.578)
Indenização de seguros	1.724	-
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	(2.229)	1.280
Imposto de renda e contribuição social a pagar	5.775	947
Outras obrigações fiscais	368	125
Encargos setoriais	1	1
Ressarcimento mercado regulado	(1.798)	(911)
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	4.046	4.502
Outras obrigações	(1.499)	3.254
	-	-
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(658)	(1.114)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(133)	(129)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.078)	(985)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	18.818	7.662
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(10.874)	(563)
Adições para ativo intangível	(10)	(16)
Títulos e valores mobiliários	191	(672)
Cauções e depósitos	311	234
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(10.382)	(1.017)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Integralização de capital	-	2.068
Obrigações com acionistas - redução de capital	(3.000)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(5.814)	(10.082)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(35)	(39)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(8.849)	(8.053)
Variação no caixa líquido	(413)	(1.408)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.253	4.661
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.840	3.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A. (“Companhia”) foi constituída em 27 de fevereiro 2017, com sede na cidade de Teresina, estado de Piauí, controlada pela Enel Brasil S.A., e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial solar de 50 MW no município de São Gonçalo do Gurguéia, Estado do Piauí, que foi objeto do Leilão nº 166/2018-ANEEL, com contrato vigente até 17 de maio de 2053. Através do despacho ANEEL 591/2020 de 22 de fevereiro de 2020 a Companhia obteve autorização para a implantar e explorar a operação comercial da Central Geradora Fotovoltaica (UFV).

1.1. *Curtailment*

Em 24 de novembro de 2025, a Medida Provisória nº 1.304/2025 foi convertida na Lei nº 15.269/2025, consolidando dispositivos legais que tratam da compensação financeira de geradores de energia elétrica por cortes de geração (*curtailment*) no Sistema Interligado Nacional (SIN). A referida lei prevê que o titular de outorga de geração eólica ou solar fotovoltaica fará jus à compensação pelos impactos econômicos decorrentes de eventos de indisponibilidade externa e confiabilidade elétrica ocorridos no período compreendido entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025, desde que assinem o termo de compromisso desistindo das ações em curso sobre o tema.

Subsequentemente, em 31 de dezembro de 2025, o Ministério de Minas e Energia (MME) submeteu à Consulta Pública nº 210/2025 a minuta do Termo de Compromisso previsto na Lei nº 15.269/2025, com o propósito de estabelecer, em conjunto com os agentes do setor elétrico, as regras procedimentais para adesão, apuração, cálculo e liquidação do ressarcimento das compensações decorrentes de *curtailment*. O prazo de contribuição terminou no dia 16 de janeiro de 2026. Os agentes eólicos e solares enviaram uma contribuição única consolidada através das associações Abeeólica e Absolar.

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informadas sobre o andamento do tema.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM Nº 223/2024	Aprova a Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	1º de janeiro de 2025

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
	desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	
<i>IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)</i>	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2026
CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;

Nota 8 – Imobilizado;

Nota 9 – Intangível;

Nota 14 – Provisão para desmantelamento;

Nota 15 – Provisões para processos judiciais; e

Nota 23 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	1.154	952
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	1.686	2.301
Total	2.840	3.253

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas por operações compromissadas, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, as operações compromissadas foram remuneradas em média a 95% do CDI (80% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 23).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	Vencidos				Total	PECLD	31.12.2025	
			até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias				mais de 360 dias
Mecanismo de curto prazo - MCP		86	-	-	-	-	86	-	86	
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		343	-	-	-	-	343	-	343	
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		1.755	164	53	1.603	913	294	4.782	(1.257)	3.525
Contas a receber - partes relacionadas	22	1.090	-	-	-	-	-	1.090	-	1.090
Total		3.274	164	53	1.603	913	294	6.301	(1.257)	5.044

	Nota	A vencer	Vencidos				Total	PECLD	31.12.2024	
			até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias				mais de 360 dias
Mecanismo de curto prazo - MCP		173	-	-	-	-	-	173	-	173
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		3.489	-	-	-	-	-	3.489	-	3.489
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		2.040	476	-	1.015	245	137	3.913	(3.913)	-
Contas a receber - partes relacionadas	22	876	-	-	-	-	-	876	-	876
Total		6.578	476	-	1.015	245	137	8.451	(3.913)	4.538

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

São Gonçalo 21 S.A.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP e Ressarcimento ACR), em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Contas a receber de clientes

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.133)
Provisões	(3.179)
Reversões	399
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.913)
Provisões	(2.185)
Reversões	4.841
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.257)

5. Cauções e depósitos

	31.12.2025	31.12.2024
BNB		
Fundo de liquidez BNB	1.336	1.647
Total	1.336	1.647

O saldo é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de empréstimos e financiamentos com o Banco do Nordeste - BNB. O saldo da conta é calculado mensalmente pelo BNB e deverá ser mantido na conta até o vencimento (nota explicativa nº11).

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2039, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

São Gonçalo 21 S.A.

6. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o montante de R\$ 998 (R\$ 9.471 em 31 de dezembro de 2024), refere-se a adiantamento para os fornecedores para aquisição dos equipamentos que compõem o ativo imobilizado.

7. Indenização de seguros

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Indenização de seguro	7.1	8.908	1.581
Indenização de seguro - partes relacionadas	22	11.275	7.044
Total		20.183	8.625

7.1 Refere-se a indenização por dano ocasionado nos cabos de média tensão e indenização por lucro cessante em decorrência das perdas de geração de energia pelo período de 24 meses, reconhecido o montante de R\$ 13.282 (R\$ 1.581 em 31 de dezembro de 2024), no resultado da Companhia. O valor da indenização foi aprovado pela seguradora contratada pela Companhia, com previsão de liquidar a indenização até 31 de dezembro de 2026.

8. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de instalações técnicas/mecânicas - solar, edificações, linha de transmissão, obras civis e benfeitorias.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 14).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Qualquer alteração nos custos esperados de desmontagem, remoção e restauração que resulte de alterações nas estimativas da época ou uso dos recursos econômicos necessários para cumprir a obrigação ou de uma mudança na taxa de desconto é reconhecida como aumento ou redução no ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável

A Companhia monitora de forma contínua as mudanças nos cenários econômico, operacional, regulatório e tecnológico que possam afetar a recuperabilidade de seus ativos, em linha com o disposto no CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), o qual requer a avaliação da existência de indícios de perda sempre que houver eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo possa não ser recuperável.

Adicionalmente, a Companhia realiza testes anuais de redução ao valor recuperável para os ativos ou unidades geradoras de caixa, independentemente da existência de indícios de perda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

	31.12.2024	Adições	Depreciação	Baixas	Desmantelamento	Transferências	31.12.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	59.375	-	-	-	83	291	59.749
Instalações técnicas/mecânicas solar	131.388	-	-	(1.993)	-	6.868	136.263
Linhas de transmissão	5.515	-	-	-	-	34	5.549
	196.278	-	-	(1.993)	83	7.193	201.561
<u>Depreciação acumulada</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(8.134)	-	(1.813)	-	-	-	(9.947)
Máquinas e equipamentos	-	172	(172)	-	-	-	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	(18.440)	-	(3.802)	352	-	-	(21.890)
Linhas de transmissão	(653)	(172)	-	-	-	-	(825)
	(27.227)	-	(5.787)	352	-	-	(32.662)
<u>Imobilizado em curso</u>							
Máquinas e equipamentos	768	10.874	-	-	-	(7.193)	4.449
	768	10.874	-	-	-	(7.193)	4.449
Total do imobilizado	169.819	10.874	(5.787)	(1.641)	83	-	173.348
<u>Ativo de direito de uso</u>							
Terrenos	1.221	-	(64)	-	-	-	1.157
	1.221	-	(64)	-	-	-	1.157
Total	171.040	10.874	(5.851)	(1.641)	83	-	174.505

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou baixas de bens no montante de R\$ 1.641 (Não houve baixas em 31 de dezembro de 2024). A Companhia possui seguro contra danos materiais, e dessa forma será indenizada. A indenização a receber foi registrada na rubrica de indenização de seguros – vide nota explicativa nº 7.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	50.280	-	-	(539)	9.634	59.375
Reservatórios, barragens e adutoras	5.581	-	-	-	(5.581)	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	135.050	-	-	-	(3.662)	131.388
Linhas de transmissão	5.339	-	-	-	176	5.515
	196.250	-	-	(539)	567	196.278
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(4.904)	-	(1.565)	-	(1.665)	(8.134)
Reservatórios, barragens e adutoras	(14)	-	-	-	14	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	(15.973)	-	(3.991)	-	1.524	(18.440)
Linhas de transmissão	(622)	-	(158)	-	127	(653)
	(21.513)	-	(5.714)	-	-	(27.227)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	772	563	-	-	(567)	768
	772	563	-	-	(567)	768
Total do imobilizado	175.509	563	(5.714)	(539)	-	169.819
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	1.097	178	(54)	-	-	1.221
	1.097	178	(54)	-	-	1.221
Total	176.606	741	(5.768)	(539)	-	171.040

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2025, a Companhia conduziu à revisão das vidas úteis dos ativos, não tendo sido identificada a necessidade de alteração das taxas de depreciação anteriormente adotadas. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos das tecnologias eólica, solar e hidráulica e harmonizou as taxas de depreciação segregando os ativos nas tipologias elétricos e não elétricos, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico. Com base no exposto, a Companhia adotou as seguintes premissas para definição das vidas úteis:

Tecnologia eólica e solar (não reguladas):

- Bens elétricos: considerando que os ativos elétricos estão vinculados diretamente a produção de energia elétrica e a prática usual deste tipo de tecnologia, as vidas úteis foram harmonizadas até o fim da autorização em conformidade com os despachos emitidos pela ANEEL

A companhia mantém o reconhecimento de provisão para desmantelamento do parque e segundo práticas do setor elétrico estima alienar os ativos como sucata ao final da autorização.

- Bens não elétricos: depreciação dos ativos definida em práticas do setor elétrico, limitada ao prazo de autorização:
 - i. Equipamento geral: 10-30 anos
 - ii. Softwares: 5 anos
 - iii. Sobressalentes: 20-30 anos
 - iv. Veículos: 7 anos
 - v. Móveis e Utensílios: 16 anos

Dessa forma, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, são as seguintes:

Elétricos	% (ano)
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	3,13% - 4,00%
Linhas de transmissão	3,13% - 3,57%
Instalações técnicas/mecânicas solar	3,13% - 3,57%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2025:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	21,33

9. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		31.12.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	3.054	(535)	2.519	2.610
Custo incremental	64	(14)	50	40
Total	3.118	(549)	2.569	2.650

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	Adições	Amortização	31.12.2025
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	3.054	-	-	3.054
Custo incremental	48	16	-	64
	3.102	16	-	3.118
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(444)	-	(91)	(535)
Custo incremental	(8)	-	(6)	(14)
	(452)	-	(97)	(549)
Total	2.650	16	(97)	2.569

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	3.054	-	-	3.054
Custo incremental	32	16	-	48
	3.086	16	-	3.102
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(352)	-	(92)	(444)
Custo incremental	(4)	-	(4)	(8)
	(356)	-	(96)	(452)
Total	2.730	16	(96)	2.650

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	% (ano)
Direito de uso da concessão	3,01%
Custo incremental	11,46%

10. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia		166	145
Compra de energia - partes relacionadas	22	960	1.938
Encargo de uso da rede		744	688
		1.870	2.771
Materiais e serviços		1.650	1.435
Materiais e serviços - partes relacionadas	22	9.098	10.641
		10.748	12.076
Total		12.618	14.847

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

11. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

11.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante		31.12.2025 Total circulante + não circulante	Circulante			Não circulante		31.12.2024 Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
Moeda nacional												
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	3.537	33	3.570	47.865	47.865	51.435	3.393	32	3.425	51.353	51.353	54.778
Total	3.537	33	3.570	47.865	47.865	51.435	3.393	32	3.425	51.353	51.353	54.778

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.795	54.639	62.434
Encargos provisionados	807	-	807
Encargos pagos	(1.114)	-	(1.114)
Variação monetária	2.689	-	2.689
Transferências	3.286	(3.286)	-
Pagamentos / amortizações	(10.082)	-	(10.082)
Amortização custos de transação	44	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.425	51.353	54.778
Encargos provisionados	659	-	659
Encargos pagos	(658)	-	(658)
Variação monetária	2.426	-	2.426
Transferências	3.488	(3.488)	-
Pagamentos / amortizações	(5.814)	-	(5.814)
Amortização custos de transação	44	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.570	47.865	51.435

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

11.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	55.335	30/11/20	15/12/39	IPCA + 1,45%	Mensalmente	Mensalmente	CAPEX	Sim

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	3.577	3.526	3.657	3.785	33.893	48.438
Custo a amortizar	(44)	(44)	(44)	(44)	(397)	(573)
Total	3.533	3.482	3.613	3.741	33.496	47.865

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- Fiança bancária;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Cláusulas restritivas (Covenants)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *Covenants* financeiros.

12. Imposto de renda e contribuição social, líquidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e a compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o saldo líquido é a pagar, conforme quadro a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>		
Imposto de renda	191	152
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	21	85
	212	237
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	(3.625)	(189)
Contribuição social	(1.335)	(99)
	(4.960)	(288)
Total	(4.748)	(51)

13. Ressarcimento mercado regulado

Em 2025, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 3.315 (R\$ 5.113 em 2024) referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

14. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 13,44% (14,72% em 31 de dezembro de 2024), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

Os custos de desmontagem, remoção e/ou restauração são reconhecidos da seguinte forma:

- a estimativa atual dos custos é projetada para o futuro, a fim de estimar o valor que será gasto durante o ano em que a desmontagem, remoção e/ou restauração será realizada;
- esse valor é posteriormente descontado usando uma taxa de juros apropriada. A *taxa de desconto* é determinada incluindo impostos e reflete as avaliações de mercado atuais do valor presente do dinheiro e os riscos específicos associados ao passivo. A taxa de atualização não reflete os riscos para os quais os fluxos financeiros futuros estimados já foram ajustados. Os procedimentos operacionais para determinar essa taxa de desconto são estabelecidos pela Controladora. O valor presente líquido representa o custo, que deve ser reconhecido como um aumento no custo histórico do ativo (ou de um componente específico) e coincide com o valor da alocação inicial para a "Provisão para desmontagem e restauração".

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial		252	717
Adição		83	-
Baixas		-	(539)
Atualização financeira	20	37	74
Saldo final		372	252

15. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

15.1 Contingência com risco provável e possível

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como provável e/ou possível.

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social é de R\$ 99.994 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	99.994.199	99,999999%	99.994.199	99,999999%
Alba Energia Ltda	1	0,000001%	1	0,000001%
Total	99.994.200	100,000000%	99.994.200	100,000000%

16.2 Destinação do resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 8.732 que foi utilizado para absorção dos prejuízos acumulados (prejuízo de R\$ 2.294 em 31 de dezembro de 2024).

17. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Nota	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		8.732	(2.294)
Número de ações	16	99.994.200	99.994.200
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		0,0873	(0,0229)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

18. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	18.1	16.043	16.382
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	18.1 e 22	13.543	10.871
Mercado de curto prazo	18.2	145	136
Receita operacional bruta		29.731	27.389
Deduções da receita			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(216)	(206)
COFINS		(1.285)	(842)
PIS		(278)	(182)
Total deduções da receita		(1.779)	(1.230)
Total		27.952	26.159

18.1 Receita de venda e suprimento de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

18.2 Mercado de curto prazo

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

19. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Indenização de seguros	Outras receitas operacionais	Total
Material		(115)	-	-	-	-	(115)
Serviços		(14)	-	-	-	-	(14)
Serviços - partes relacionadas	22	-	(1.840)	-	-	-	(1.840)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.028)	-	-	-	-	(1.028)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	22	(8.326)	-	-	-	-	(8.326)
Encargos do uso de rede elétrica		(4.157)	-	-	-	-	(4.157)
Aluguéis e arrendamentos		(10)	-	-	-	-	(10)
Seguros		(706)	-	-	-	-	(706)
Depreciação e amortização		(5.948)	-	-	-	-	(5.948)
Baixa de imobilizado		-	(1.641)	-	-	-	(1.641)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	2.656	-	-	2.656
Indenização de seguros	7	-	-	-	13.282	-	13.282
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(157)	-	-	456	272
Total		(20.304)	(3.638)	2.656	13.282	456	(7.548)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

2024

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Indenização de seguros	Total
Material		(25)	-	-	-	(25)
Serviços - partes relacionadas	22	-	(1.842)	-	-	(1.842)
Energia elétrica comprada para revenda		(684)	-	-	-	(684)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	22	(6.242)	-	-	-	(6.242)
Encargos do uso de rede elétrica		(4.017)	-	-	-	(4.017)
Seguros		(538)	-	-	-	(538)
Depreciação e amortização		(5.864)	-	-	-	(5.864)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(2.780)	-	(2.780)
Indenização de seguros	7	-	-	-	1.581	1.581
Outras receitas (despesas) operacionais		(1)	27	-	-	26
Total		(17.371)	(1.815)	(2.780)	1.581	(20.385)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

São Gonçalo 21 S.A.

20. Resultado financeiro

	2025	2024
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	670	531
Atualização de créditos tributários	-	3
Outras receitas financeiras	-	3
	670	537
<u>Despesas financeiras</u>		
Custo de transação	(44)	(44)
Encargos de dívidas	(3.085)	(3.496)
Atualização de impostos e multas	(679)	(139)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(390)	(511)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(65)	(53)
Atualização financeira desmantelamento	(37)	(74)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(132)	(130)
Encargos financeiros - compartilhamento	(2.206)	(2.672)
Outras despesas financeiras	(7)	(24)
	(6.645)	(7.143)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Outras variações cambiais	170	(427)
	170	(427)
Total	(5.805)	(7.033)

21. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

São Gonçalo 21 S.A.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

	2025	2024
Receita de suprimento de energia elétrica	29.100	28.059
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	2.328	2.245
Renda de aplicações financeiras	670	531
Indenização de seguros	13.282	39
Outras receitas	456	-
Variação cambial realizada	281	-
Total base de cálculo do imposto de renda	17.017	2.815
Alíquota do imposto de renda (15%)	(2.553)	(423)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(1.678)	(258)
Total do imposto de renda	(4.231)	(681)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	3.492	3.367
Renda de aplicações financeiras	670	531
Indenização de seguros	13.282	39
Outras receitas	456	-
Variação cambial realizada	281	-
Total base de cálculo da contribuição social	18.181	3.937
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.636)	(354)
Total	(5.867)	(1.035)

22. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

22.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	Nota	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
			Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Obrigações com acionistas - redução de capital	Até dezembro de 2026		(48.000)	(51.000)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Até dezembro de 2026		(25.359)	(20.255)	(1.840)	(1.842)
Mútuo	De maio de 2023 a agosto de 2024	11	-	-	-	(108)
Contrato de prestação de serviços técnicos administrativos, financeiros e de suporte contábil	Até fevereiro de 2030		(23)	-	(23)	-
Total			(73.382)	(71.255)	(1.863)	(1.950)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

22.2 Empresas de controle comum

Natureza da operação	Vigência	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas
Compra e venda de energia					
Enel Trading Brasil S.A.	Até 31 de dezembro de 2027	130	(1.063)	5.240	4.629
		130	(1.063)	5.240	4.629
Suporte operacional					
Enel Green Power S.p.A.	De janeiro de 2018 até maio de 2053	-	(2.623)	(3)	-
		-	(2.623)	(3)	-
Indenização de seguros					
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A.	Até dezembro de 2026	7.080	7.044	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.		4.195	-	-	-
		11.275	7.044	-	-
Compartilhamento de despesas comuns					
Enel Power do Brasil Ltda.	Até dezembro de 2026	(309)	(309)	-	-
		(309)	(309)	-	-
Total		11.096	3.049	5.237	4.629

Mútuos: As operações de mútuos foram contratadas conforme a necessidade de capital de giro da Companhia e disponibilidade de capital da mutuante (nota explicativa nº 12).

Obrigações com acionistas - redução de capital: Referente a redução de capital realizada no exercício de 2022. Durante o exercício de 2025 foram realizados pagamentos à Controladora no montante de R\$ 3.000. O saldo deve ser pago para a Controladora em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2026.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Indenização de seguros: As indenizações de seguros relacionados a eventos ocorridos no Parque São Gonçalo são realizadas pela seguradora de forma centralizada para o referido parque. Os valores recebidos por empresas do grupo que atuam como receptoras da indenização, são posteriormente repassados às demais companhias do Parque São Gonçalo. Dessa forma, a EGP São Gonçalo 1 e EGP São Gonçalo 3, que foram as receptoras da indenização, devem repassar para a Companhia os valores indicados no quadro. As indenizações referem-se a lucros cessantes e danos materiais, relativas a eventos ocorridos nos exercícios de 2023 e 2025.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2025 e 2024.

23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

23.1 Instrumentos financeiros

23.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

	Categoria	Nível (a)	31.12.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	2.840	2.840	3.253	3.253
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	2	481	481	672	672
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	5.044	5.044	4.538	4.538
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	1.336	1.336	1.647	1.647
Total do ativo			9.701	9.701	10.110	10.110
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	12.618	12.618	14.847	14.847
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	51.435	26.661	54.778	25.242
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	1.279	1.279	1.314	1.314
Ressarcimento mercado regulado	Custo amortizado	2	3.315	3.315	5.113	5.113
Total do passivo			68.647	43.873	76.052	46.516

Conforme detalhado na nota explicativa 23.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

23.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

23.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR) definidas pela da Holding Enel S.p.A., que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Esse comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam a gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidade relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.840	3.253
Títulos e valores mobiliários		481	672
Contas a receber de clientes	4	9.239	4.538
Total		12.560	8.463

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	11	51.435	54.778
Dívida		51.435	54.778
Caixa e equivalentes de caixa	3	(2.840)	(3.253)
Títulos e valores mobiliários		(481)	(672)
Dívida líquida (a)		48.114	50.853
Patrimônio líquido (b)	16	65.786	57.054
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		42,24%	47,13%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025.

Do total de dívida e obrigações no passivo circulante, parte significativa refere-se a obrigações com acionistas – redução de capital e obrigações de compartilhamento de infraestrutura com a controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da Enel Finance International (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 21 S.A.

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	393	682	3.075	16.398	35.405	55.953
Total	393	682	3.075	16.398	35.405	55.953

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2025 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2025	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA						
Banco Nacional do Nordeste	51.435	1.636	2.073	2.506	2.936	3.363
Total	51.435	1.636	2.073	2.506	2.936	3.363

23.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.